



Demonstrações Contábeis
Consolidadas
**CONGLOMERADO
PRUDENCIAL**

31 de dezembro de 2021

ÍNDICE

• Relatórios

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	7
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas e Conglomerado Prudencial.....	9

• Demonstrações financeiras consolidadas

Balanços Patrimoniais.....	13
Demonstrações do Resultado	15
Demonstrações Resultado Abrangente	16
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	17
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	18

• Notas explicativas

1. Contexto operacional	19
2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	19
3. Principais práticas contábeis	24
4. Caixa e equivalentes de caixa	28
5. Ativos financeiros.....	28
6. Investimentos.....	40
7. Imobilizado.....	40
8. Intangível	41
9. Outros ativos.....	42
10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos.....	43
11. Passivos financeiros	43
12. Ativos e passivos fiscais	46
13. Provisões	48
14. Outros passivos	50
15. Patrimônio líquido	50
16. Receitas de prestação de serviços.....	51
17. Receitas de tarifas bancárias.....	51
18. Despesas de pessoal	51
19. Outras despesas administrativas.....	52
20. Despesas tributárias	52
21. Outras receitas	53
22. Outras despesas.....	53
23. Partes relacionadas	53
24. Estrutura de gerenciamento de riscos	56
25. Suficiência de capital	59
26. Informações complementares	60
27. Eventos subsequentes.....	62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial Original, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes aos semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021. O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

Em 2021, a economia brasileira foi marcada pela confluência de estímulos positivos e choques adversos. A aceleração da vacinação, com conseqüente normalização da mobilidade urbana, se somou aos novos desembolsos do Auxílio Emergencial e deu sustentação à atividade econômica ao longo do ano. Esse ambiente foi particularmente favorável ao setor de serviços e explica a forte criação de vagas no mercado de trabalho, com queda contínua da taxa de desemprego.

Ao mesmo tempo, vimos uma sequência de surpresas inflacionárias. A nova desvalorização do câmbio e a alta das *commodities* se juntou à falta de insumos importados - derivada das interrupções nas cadeias produtivas durante a pandemia - e ao estresse hídrico, que encareceu de forma expressiva a energia elétrica. Paralelamente, os preços de itens cuja dinâmica é mais inercial também aceleraram, o que sinaliza uma maior dificuldade em refrear a inflação. De fato, o IPCA fechou 2021 pouco acima de 10%, enquanto o IGP-M ultrapassou 17% no mesmo período.

A normalização da economia e, mais importante, as pressões disseminadas de preços para além da meta do Banco Central levaram o Comitê de Política Monetária (Copom) a iniciar um novo ciclo de aumento dos juros em março. Depois de alcançar sua mínima histórica de 2,00% ao ano, a taxa Selic atingiu 9,25% em dezembro e deve chegar a, pelo menos, 12,25% em 2022. Essa alta acentuada e célere também é reflexo das incertezas com relação ao arcabouço fiscal, que mantém elevado o risco de “desancoragem” das expectativas de inflação à frente.

No Original

Desde o 1º dia, o Original se propôs a fazer diferente e fazer a diferença na vida das pessoas. Nossos produtos e serviços são pensados e formatados para deixar mais prático, rápido e fácil o dia a dia dos nossos 5,7 milhões de clientes, quase 1.500 colaboradores e dos mais de 3 milhões de não correntistas que consomem nossos produtos de crédito.

Em 2020, não medimos esforços para construir as bases tecnológicas e estruturais para entregar uma operação robusta, com segurança e solidez, e em 2021, nos tornamos um banco digital completo. Isso significa que o cliente Original encontra um portfólio de produtos e serviços que o atende na maioria absoluta de suas necessidades. Não há necessidade de manter, por exemplo, uma conta em outra instituição, seja ela tradicional ou digital. O cliente tem a oportunidade de escolha de ficar somente aqui. Tudo se resolve de forma instantânea e digital no Original. Para isso, usamos de toda expertise e tecnologia existente e, em muitos casos, desenvolvemos as que não existem.

A abertura de conta 100% digital, que hoje é amplamente divulgada pelos *players* do mercado, nasceu no Original. O pioneiro e melhor programa de *cashback* disponível no cartão de crédito também é oferecido por nós. Unificamos no mesmo APP a conta jurídica e a conta de pessoa física (Conta Pessoa Única), para ajudar os milhões de empreendedores individuais do país.

O nosso atendimento é digital, personalizado e humano. Nisso também somos diferentes. Temos mais de 1.000 agentes e gerentes espalhados por todos os estados, atendendo clientes em todos os municípios do Brasil.

Recebemos, pelo quinto ano consecutivo, o reconhecimento de banco digital mais inovador no “Prêmio Valor Inovação” e estamos entre os três mais inovadores, de acordo com a banca avaliadora, em todo segmento bancário.

Estamos em conformidade com todas as questões regulatórias impostas ao segmento S3 e, conforme será mostrado no resultado, geramos retorno aos acionistas. Assim sendo, se 2020 foi um ano de entregas estruturais, em 2021 foi possível observar todas as verticais (denominação das nossas áreas de negócios) funcionando plenamente, gerando receita e margem positiva.

Apesar do ambiente hostil e com um cenário adverso, tomamos em 2021 todas as providências necessárias para manter sob controle e total vigilância questões relacionadas a gestão de riscos e governança corporativa. Estabelecemos controles mais efetivos aos comitês permanentes e multidisciplinares de controle de riscos, operações e mercado. Mesmo com os desafios impostos pela pandemia da COVID-19 e suas consequências, bem como a instabilidade de mercados internos e externos, apresentamos crescimento nas linhas de negócio com reflexo no nosso resultado.

Mantivemos uma sólida e consistente atuação no **atacado**, com uma carteira de crédito superior a R\$6,4 bilhões e com uma taxa de inadimplência de 0,2%.

No **varejo**, fechamos 2021 com mais de 5,4 milhões de clientes (aumento de 39% na base). A vertical concluiu o ano com uma carteira de crédito de R\$ 3,8 bilhões (crescimento de 161%). A receita decorrente de serviços e produtos registrou uma variação positiva de 135% em relação ao ano-base anterior.

A vertical **empresas** fechou 2021 com uma base de 249 mil clientes (aumento de 44% na base), que vão do empreendedor individual (EI, MEI EIRELI) a MPE, com sócios. São R\$ 842 milhões de carteira de crédito em uma operação que está em período de maturação, mas já conta com mais de 100 agentes e gerentes. Atualmente, as contas PJ do Original já estão em todos os estados do país.

A atuação do Original extrapola sua base de clientes através da divisão de *BaaS - Bank as a Service* - a **Original Hub**, empresa de tecnologia financeira que disponibiliza serviços para outros bancos e *fintechs*.

Foram mais de 255 milhões de transações em 2021 processadas através das APIs disponibilizadas ao mercado, correspondendo a um fluxo em volume financeiro de R\$ 24,3 bilhões. Atualmente, mais de 95% do processamento de pagamentos feitos pela Original Hub advém de *fintechs*, bancos digitais e tradicionais, num universo de relacionamento de cerca de 70 contratos de parcerias.

A vertical de **não correntistas**, que oferece serviços bancários para quem não é cliente por meio de parceiros, teve um papel importante em 2021 e registrou mais de 3 milhões de operações. A carteira de crédito ultrapassa R\$ 1,7 bilhões de reais e 13 milhões de cartões emitidos.

Nossos resultados evidenciam, até aqui, uma escolha positiva no caminho que estamos seguindo, que nos confere um diferencial competitivo. Não buscamos um crescimento apenas de base de clientes com uma expectativa de rentabilização futura. Centramos as forças para ter clientes ativos, rentáveis e que realmente tragam suas operações bancárias para suas contas do Original pela satisfação dos serviços e produtos oferecidos.

Assim, acreditamos em um crescimento de forma sustentável, oferecendo um banco completo e já apurando resultado positivo. O expressivo aumento da carteira do varejo somada às novas carteiras de empresas e não correntistas exigiram reforço nas provisões de crédito do Banco. Tal ocorrência se deu dentro do planejamento efetuado e compatível com o nível de geração de receitas.

A estratégia de manter cinco verticais de negócios, com autonomia de ação e operantes, nos traz segurança e uma diversificação significativa de alavancas que, em 2021, geraram receitas. Todas as áreas de atuação propostas, com diferentes graus de maturação, representam importantes e promissores canais de crescimento para os próximos anos. Em 2021, mantivemos o índice de inadimplência controlado e abaixo dos padrões do mercado. O índice de Basileia ficou acima do regulatório (11,1% em dezembro). A carteira de crédito alcançou R\$ 12,8 bilhões e a carteira de *Funding* R\$ 23,5 bilhões. O crescimento da carteira de crédito foi de 67% enquanto a margem financeira bruta teve elevação de 173%. Com essas realizações, seguimos atuando para equilibrar os quatro pilares de nossa sustentação:

Para o cliente

Oferecemos tudo o que ele precisa em um banco completo, justo e com uma experiência única de maneira 100% digital;

Na visão da nossa força de trabalho

Construímos no dia a dia um ambiente saudável, com clima agradável, que respeita as diferenças em um mercado competitivo e promissor;

Na nossa relação com o regulador

Cumprimos todas as normas que nos são apresentadas para o segmento S3;

Para os acionistas

Apresentamos alavancas definidas para uma sequência sustentável de crescimento sólido.

Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro, o Original emitiu Letras Financeiras Subordinadas Nível 2, no montante de R\$ 500.000 em negociação privada com investidor profissional.

Práticas Sustentáveis

O Conglomerado quer fazer a diferença na vida das pessoas e também no mundo. Para isso, tem intensificado suas práticas ESG. No **Social**, em 2021, investiu em frentes de diversidade e Inclusão, que promovem sobretudo a equidade de gêneros. O projeto de mentoria “Mulheres do Varejo”, realizado com lideranças da organização, reforça o protagonismo feminino.

O apoio à plataforma pioneira de educação “Força, Meninas”, visa a redução das desigualdades, sobretudo para jovens de alto potencial em Ciências e Exatas (STEAM). Na frente **Ambiental**, o Conglomerado adota o cadastro positivo nas operações de crédito do agronegócio. Nosso escritório matriz tem certificado *Leed Gold*, com compra de energia renovável e destinação de 100% dos resíduos para tratamento adequado. A **Governança**, seguindo as práticas regulatórias do segmento, possui comitês independentes, políticas de *compliance* e anticorrupção, conduta de ética com manuais e canais de denúncia, além de estrutura para a prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

PicPay

A PicPay atua como uma instituição de arranjos de pagamento, em que o usuário possui uma conta de pagamento pré ou pós-paga, permitindo fazer compras e transferências entre usuários e empresas.

Em 2021 a Companhia expandiu sua base de usuários em 60%, partindo de 39,3 milhões em 2020 e chegando a 62,9 milhões de usuários registrados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade, agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Conglomerado Prudencial Original (Conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê e atua de forma objetiva e independente adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O Comitê reuniu-se 15 (quinze) vezes no exercício de 2021, realizando 63 (sessenta e três) reuniões. Destas, 12 (doze) com a Auditoria Interna, 3 (três) com a empresa de auditoria independente e 48 (quarenta e oito) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Nenhuma recomendação foi emitida para os semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 do Conglomerado foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Conglomerado. Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado.

O Comitê, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas dos semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021.

O Comitê de Auditoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial

Aos
Acionistas e ao Conselho de Administração do
Banco Original S.A. (instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Banco Original em 31 de dezembro de 2021 o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BCB, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 22 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especial – Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais e Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	61.014	63.251
Ativos financeiros		26.143.711	14.681.886
Instrumentos financeiros		25.783.107	14.388.143
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a	4.130.787	1.376.951
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	6.646.072	3.869.310
Derivativos	5.1.c.1	42.480	79.133
Relações interfinanceiras	5.1.d.1	2.893.038	1.628.759
Carteira de crédito		12.070.730	7.433.990
Operações de crédito	5.1.e.1	9.062.209	5.207.202
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.1.e.1	3.746.877	2.475.995
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.1	(738.356)	(249.207)
Outros instrumentos financeiros	5.1.f.1	360.604	293.743
Ativos fiscais		845.220	617.876
Ativos correntes	12.b	166.938	62.107
Ativos diferidos	12.d	678.282	555.769
Investimentos		97.673	5.919
Investimentos em participação em controladas	6.a	95.708	3.955
Outros investimentos	6.b	1.965	1.964
Imobilizado		131.343	141.801
Imobilizado de uso	7.a	251.763	228.121
Depreciação acumulada	7.a	(120.420)	(86.320)
Intangível		802.260	921.195
Ativos intangíveis	8.a	1.411.203	1.302.642
Amortização acumulada	8.a	(608.943)	(381.447)
Outros ativos	9	600.075	443.836
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(8.771)	(13.713)
Total do ativo		28.672.525	16.862.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		25.119.182	14.237.156
Depósitos e demais instrumentos financeiros		24.828.343	14.085.597
Depósitos	11.1.a	18.278.263	8.981.629
Captações no mercado aberto	11.1.b	7.967	52.004
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.1.c	5.063.277	4.571.535
Relações interfinanceiras	5.1.d.2	1.328.933	459.030
Obrigações por empréstimos no país	11.1.e	136.330	–
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.1.f	–	5.186
Derivativos	5.1.c.1	13.573	16.213
Outros passivos financeiros	11.1.f	290.839	151.559
Passivos fiscais		256.486	69.836
Passivos correntes	12.c	210.688	50.157
Passivos diferidos	12.f	45.798	19.679
Provisões	13.a	51.441	59.880
Outros passivos	14	396.117	217.244
Patrimônio Líquido		2.849.299	2.277.935
Atribuído ao líder do conglomerado		2.266.457	1.857.712
Capital Social	15.a.1	2.530.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	15.d	(55.827)	14.417
Prejuízos Acumulados		(207.717)	(286.706)
Participação das demais instituições que não a líder do conglomerado		582.842	420.223
Total do passivo e patrimônio líquido		28.672.525	16.862.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

		01/07 a Nota 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas da intermediação financeira		2.106.775	537.709	3.094.184	1.224.827
Rendas de operações de crédito	5.1.e.2	1.690.740	473.011	2.601.459	1.658.863
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2	358.725	73.615	454.668	184.720
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.1.c.3	32.717	(2.956)	15.070	(691.698)
Resultado em operações de câmbio	5.1.f.2	24.593	(5.961)	22.987	72.942
Despesas da intermediação financeira		(981.838)	(150.134)	(1.245.085)	(547.160)
Despesas em operações de captação no mercado	11.1.d	(762.587)	(150.004)	(1.025.814)	(427.493)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.1.e.2	(219.251)	(130)	(219.271)	(119.667)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.124.937	387.575	1.849.099	677.667
Resultado das provisões para perdas		(424.783)	(6.182)	(524.554)	(141.034)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	(458.305)	(27.439)	(571.714)	(174.467)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.1.e.7	33.522	21.257	47.160	33.433
Receitas/(despesas) operacionais		(1.465.735)	(557.401)	(2.280.602)	(1.159.464)
Receitas de prestação de serviços	16	373.993	227.318	645.335	349.840
Receitas de tarifas bancárias	17	84.237	111.611	140.106	125.284
Despesas de pessoal	18	(537.297)	(284.741)	(899.105)	(550.496)
Outras despesas administrativas	19	(1.030.404)	(458.592)	(1.624.301)	(773.581)
Despesas tributárias	20	(128.279)	(69.108)	(222.502)	(108.536)
Resultado de participações em controladas	6.a	(44.217)	(9.539)	(50.541)	(23.873)
Outras receitas	21	141.861	116.841	385.688	195.908
Outras despesas	22	(325.629)	(191.191)	(655.282)	(374.010)
Resultado antes dos tributos e participações		(765.581)	(176.008)	(956.057)	(622.831)
Imposto de renda e contribuição social	12	21.811	41.951	(29.711)	178.273
Provisão para imposto de renda		(35.935)	(3.021)	(78.249)	(5.211)
Provisão para contribuição social		(39.066)	(1.196)	(74.081)	(2.096)
Ativo fiscal diferido		96.812	46.168	122.619	185.580
Participação nos lucros		(43.119)	(7.624)	(72.667)	(36.563)
Resultado líquido		(786.889)	(141.681)	(1.058.435)	(481.121)
Resultado atribuído à instituição líder do conglomerado		12.937	(28.534)	78.989	(248.430)
Resultado atribuído às demais instituições que não a líder do conglomerado		(799.826)	(113.147)	(1.137.424)	(232.691)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado líquido	(786.889)	(141.681)	(1.058.435)	(481.121)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Variação do valor justo	(92.870)	(4.718)	(113.965)	36.294
Efeito dos tributos	47.732	2.123	51.632	(16.332)
Hedge				
Variação do valor justo	(11.784)	3.090	(8.126)	(21.819)
Efeito dos tributos	–	(455)	–	10.753
Outros resultados abrangentes das demais instituições que não a líder do conglomerado	–	(563)	–	(804)
Outros resultados abrangentes	(56.922)	(523)	(70.459)	8.092
Resultado abrangente	(843.811)	(142.204)	(1.128.894)	(473.029)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Demais instituições que não a líder	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Constituição de capital		—	—	—	—	3.000	3.000
Aumento de capital	15.a	—	—	—	—	588.489	588.489
Resultado líquido		—	—	(248.430)	(248.430)	(232.691)	(481.121)
Outros resultados abrangentes	15.d	—	8.681	—	8.681	(589)	8.092
Ajuste participação controlada PicPay		—	—	904	904	(125.076)	(124.172)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	420.223	2.277.935
Mutações do período		—	8.681	(247.526)	(238.845)	233.133	(5.712)
Saldo em 30 de junho de 2020		2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355	255.296	2.141.651
Constituição de capital		—	—	—	—	3.000	3.000
Aumento de capital	15.a	—	—	—	—	588.489	588.489
Resultado líquido		—	—	(28.534)	(28.534)	(116.156)	(144.690)
Outros resultados abrangentes	15.d	—	(175)	—	(175)	(351)	(526)
Ajuste participação controlada PicPay		—	—	66	66	(310.055)	(309.989)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	420.223	2.277.935
Mutações do período		—	(175)	(28.468)	(28.643)	164.927	136.284
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	420.223	2.277.935
Aumento de capital	15.a	400.000	—	—	400.000	1.229.533	1.629.533
Capital a realizar		—	—	—	—	(3.500)	(3.500)
Resultado líquido		—	—	78.989	78.989	(1.137.425)	(1.058.436)
Outros resultados abrangentes	15.d	—	(70.244)	—	(70.244)	(215)	(70.459)
Efeitos da alienação de ações		—	—	—	—	74.226	74.226
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457	582.842	2.849.299
Mutações do período		400.000	(70.244)	78.989	408.745	162.619	571.364
Saldo em 30 de junho de 2021		2.230.001	1.095	(220.654)	2.010.442	340.450	2.350.892
Aumento de capital	15.a	300.000	—	—	300.000	1.042.333	1.342.333
Capital a realizar		—	—	—	—	100	100
Resultado líquido		—	—	12.937	12.937	(799.826)	(786.889)
Outros resultados abrangentes	15.d	—	(56.922)	—	(56.922)	(215)	(57.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2021		2.530.001	(55.827)	(207.717)	2.266.457	582.842	2.849.299
Mutações do período		300.000	(56.922)	12.937	256.015	242.392	498.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado líquido		(786.889)	(141.681)	(1.058.435)	(481.121)
Ajustes ao resultado líquido		523.703	149.086	876.456	340.674
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	458.305	27.439	571.714	174.467
Provisão/(reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		164	(589)	(4.942)	(589)
Resultado de participações em controladas		44.217	9.539	50.541	23.873
Depreciações e amortizações	19	105.826	70.397	258.106	135.493
Resultado de variação cambial		(2.423)	70.331	69.422	21.809
Lucro/prejuízo na alienação de valores e bens		(16.299)	892	(17.163)	785
Ativo fiscal diferido	12	(96.812)	(46.168)	(122.619)	(185.580)
Constituição/(reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	13	(12.302)	10.241	(8.439)	9.425
Constituição/(reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		43.119	7.624	72.667	36.563
Outras provisões/reversões		1.959	–	2.913	–
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		4.973	(685)	12.123	123.525
Atualização de impostos a compensar	21	(6.507)	–	(6.988)	–
Atualização de depósitos judiciais	21	(517)	–	(1.093)	–
Outros ajustes		–	65	214	903
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		(263.186)	7.405	(181.979)	(140.447)
Variações patrimoniais		4.945.286	(334.379)	5.697.323	(308.129)
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		3.659.367	(658.972)	1.012.172	(676.826)
(Aumento)/redução em título e valores mobiliários para negociação		(1.243.387)	(48.198)	300.231	(1.447.894)
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos		36.812	29.920	55.047	(44.680)
Variação líquida em relações interfinanceiras		(241.585)	(303.987)	(394.376)	(1.059.920)
(Aumento)/redução em carteira de crédito		(3.447.235)	(960.321)	(5.278.919)	(846.503)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros		(156.009)	81.366	(65.818)	15.960
(Aumento)/redução em ativos fiscais		(88.646)	(15.675)	(97.737)	61.178
(Aumento)/redução em outros ativos		73.735	(73.108)	(137.983)	(222.012)
(Redução)/aumento em passivos financeiros		6.115.043	1.702.683	10.014.763	3.928.777
(Redução)/aumento em passivos fiscais		188.275	12.248	266.645	32.057
(Redução)/aumento em provisões		–	(20.483)	–	(18.850)
(Redução)/aumento em outros passivos		111.259	(79.762)	103.293	(9.848)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(62.343)	(90)	(79.995)	(19.568)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais		4.682.100	(326.974)	5.515.344	(448.576)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
(Aquisição/aumento) em investimentos		(138.815)	(8.663)	(145.766)	(24.608)
Alienação/redução de investimentos		–	–	3.471	–
(Aquisição) de imobilizado de uso		(6.195)	(49.204)	(75.443)	(126.995)
Alienação de imobilizado de uso		3.320	25.862	51.482	35.083
(Aquisição/ativação) de intangíveis		(103.603)	(152.990)	(216.102)	(290.676)
Alienação/baixa de intangíveis		5	3.998	111.350	4.238
(Aquisição/aumento)/alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.818.690)	(283.225)	(3.180.608)	(522.369)
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades de investimentos		(2.063.978)	(464.222)	(3.451.616)	(925.327)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Aumento de capital	26.g	300.000	–	400.000	–
Variação das demais instituições que não a líder do conglomerado		1.040.400	283.320	1.300.043	465.825
Caixa gerado nas atividades de financiamento		1.340.400	283.320	1.700.043	465.825
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		3.958.522	(507.876)	3.763.771	(908.078)
Saldo inicial	4	181.490	884.253	376.241	1.284.455
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		–	(136)	–	(136)
Saldo final	4	4.140.012	376.241	4.140.012	376.241
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		3.958.522	(507.876)	3.763.771	(908.078)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto operacional

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração, informações relativas à totalidade das atividades financeiras. O Conglomerado é composto pelas entidades Banco Original S.A., a líder do Conglomerado, uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo BACEN; PicPay Instituição de Pagamentos S.A. (antiga PicPay Serviços S.A.), instituição de pagamento autorizada pelo BACEN; Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo BACEN, que opera na forma de uma plataforma *peer to peer*, promovendo o investimento e o crédito entre pessoas físicas; Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay, Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios e Original Hub Ltda. (antiga Original APP Ltda.), entidade desenvolvedora das tecnologias que marcam a atuação do Banco Original.

Estrutura societária do Conglomerado

Entidades participantes	Entidade controladora	Participação
Banco Original S.A.	J&F Participações S.A.	100,00%
Banco Original do Agronegócio S.A.	J&F Participações S.A.	100,00%
PicPay Instituição de Pagamentos S.A.	PicPay Holding Ltda.	100,00%
Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.	J&F Participações S.A.	38,00%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay	PicPay Instituição de Pagamentos S.A. ^(*)	100,00%
Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	J&F Participações S.A. ^(*)	100,00%
Original Hub Ltda.	Banco Original S.A.	99,99%

^(*) Entidade possuidora da totalidade das cotas subordinadas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas pela Administração em cumprimento à Resolução 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância às demais normas e instruções do CMN, considerando o pressuposto da continuidade, em que a Administração avalia a capacidade operacional no futuro previsível por meio de planejamento anual, fluxos de caixa e revisão dos controles e responsáveis pela governança.

As contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações contábeis consolidadas.

Exceto quando indicado, os valores apresentados nas demonstrações e respectivas notas explicativas possuem ajustes de arredondamento sendo, para cima se a primeira casa decimal for igual ou superior a 5 e para baixo quando inferior. Tais ajustes não ocasionam em distorções significativas nas divulgações.

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro tributável futuro.

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas

Entidade coligada	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	31/12/2021	31/12/2020
				Participação	Participação
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	204.060	885.550	19,90%	19,90%

Entidades controladas	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	31/12/2021	31/12/2020
				Participação	Participação
Original Asset Management Ltda.	Administração de carteiras/fundos	985	1.999.800	–	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimentos imobiliários	1	1.000	99,90%	99,90%

O valor total de ativos, passivos, resultado líquido e patrimônio líquido das entidades avaliadas pelo método da equivalência patrimonial são:

Entidades	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	31/12/2021 Resultado
Original Corporate Corretora de Seguros	17.030	4.187	12.843	(45.460)
Original Investimentos Imobiliários	1	–	1	–

Entidades	Ativos	Passivos	Patrimônio Líquido	31/12/2020 Resultado
Original Corporate Corretora de Seguros	7.266	5.194	2.428	(119.595)
Original Asset Management	3.378	13	3.365	41
Original Investimentos Imobiliários	1	–	1	–

Entidades consolidadas nas demonstrações contábeis

Entidade	Atividade	Capital social integralizado	Ações e/ou cotas	31/12/2021	31/12/2020
				Participação	Participação
Agência no exterior					
Banco Original <i>Cayman Island Branch</i>	Instituição financeira/agência no exterior	USD 10.000	–	100,00%	100,00%
Não controladas					
Banco Original do Agronegócio S.A.	Instituição financeira	112.123	102.192.983	–	–
Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A. ⁽¹⁾	Sociedade de empréstimo entre pessoas físicas	16.500	3.000.000	–	–
PicPay Instituição de Pagamento S.A.	Instituição de pagamento	10.168.770	2.054.773.919	–	22,69%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay	FIDC	1.959.091	–	–	100,00%
Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	FIDC	70.000	–	–	100,00%
Controladas					
Original Hub Ltda.	Prestação de serviços	3.450	3.449.655	99,99%	99,99%

⁽¹⁾ Em 28 de dezembro de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 7.000 no capital, homologado pelo BACEN subsequentemente ao encerramento do exercício, em 11 de janeiro de 2022.

Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram adotados critérios em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às normas do Conglomerado prudencial.

O valor total do ativo, passivo e patrimônio líquido das entidades que compõem as demonstrações consolidadas são:

Instituição líder do Conglomerado

	Banco Original		Banco Original em Cayman	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total do ativo	22.435.190	15.248.766	1.782.149	1.760.199
Total do passivo	20.168.733	13.391.054	1.710.020	1.692.614
Patrimônio líquido	2.266.457	1.857.712	72.129	67.585
Resultado Líquido	78.989	(248.430)	(434)	15.245

Demais instituições integrantes do Conglomerado

	Banco Original do Agronegócio		PicPay		Crednovo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total do ativo	154.083	158.403	10.316.874	2.228.157	4.034	1.568
Total do passivo	7.703	21.070	9.883.847	1.857.712	1.057	514
Patrimônio líquido	146.380	137.333	433.027	370.445	2.977	1.054
Resultado Líquido	9.047	868	(1.149.320)	(275.560)	(11.577)	(1.946)

	FIDC PicPay		Laguz FIDC		Original HUB	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total do ativo	2.469.122	428.468	72.106	–	3.600	28.413
Total do passivo	11.362	62	24	–	903	11.566
Patrimônio líquido	2.457.760	428.406	72.082	–	2.697	16.847
Resultado Líquido	678.964	266.257	2.082	–	(4.539)	66.587

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2022.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o princípio da competência, ou seja, no período em que as receitas e despesas ocorrem, independentemente de recebimentos ou pagamentos.

As receitas e despesas de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias, são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Ativos financeiros

c.1) Instrumentos financeiros

c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c.1.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

c.1.3) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de investimento no exterior e hedge de fluxo de caixa** - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

c.1.4) Relações interfinanceiras

Substancialmente representadas por valores a receber e/ou a pagar a adquirentes em transações de pagamento. Recebíveis oriundos de transações com cartões de débito são liquidados em um dia enquanto oriundos de transações com cartões de crédito à vista são liquidados em até trinta e dois dias. Recebíveis de transações de pagamento parceladas em cartões de crédito geralmente são cedidos para instituições integrantes do próprio Conglomerado (transações com partes relacionadas) ou adiantados pelas adquirentes participantes do arranjo de pagamentos. No passivo, os valores referem-se a obrigações a liquidar junto as adquirentes participantes do arranjo de pagamentos.

c.1.5) Carteira de crédito

c.1.5.1) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela regulamentação vigente, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base nas taxas de juros pactuadas, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso, observada a expectativa de recebimento. A partir do 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da regulamentação vigente, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

c.1.6) Outros instrumentos financeiros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Ativos e passivos fiscais diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos diferidos”. As obrigações fiscais diferidas são registradas na rubrica “Passivos diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - de acordo com o prazo do contrato de aluguel.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações calculadas à taxa de 10% a.a. ou de acordo com a sua vida útil.

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros

k.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros passivos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações contábeis dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações contábeis em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

m) Passivos fiscais

Segmento da instituição	Alíquotas vigentes				
	IRPJ	IR adicional ⁽¹⁾	CSLL	PIS	COFINS
Instituições financeiras	15%	10%	25%	0,65%	4%
Instituições não financeiras	15%	10%	9%	1,65%	7,6%

⁽¹⁾ Aplicável ao lucro que exceder R\$ 240 no exercício fiscal.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 (“MP”), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* dia.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas do Conglomerado e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis consolidadas e a data de sua emissão, sendo divulgados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 24 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, conforme com a Resolução CMN 4.818.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	61.014	63.251
Em moedas estrangeiras	39.875	36.086
Em moeda nacional	21.139	27.165
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada	4.078.998	312.990
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	4.078.998	—
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	312.990
Total	4.140.012	376.241

Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Ativos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações no mercado aberto	4.078.998	—	4.078.998	1.242.990
Posição bancada	4.078.998	—	4.078.998	1.242.990
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	3.978.997	—	3.978.997	930.000
Letras Financeiras do Tesouro - LTN	100.001	—	100.001	—
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	—	—	—	312.990
Aplicações em depósitos interfinanceiros	—	51.789	51.789	8.918
Aplicações em moedas estrangeiras	—	—	—	125.043
Total	4.078.998	51.789	4.130.787	1.376.951

b) Títulos e valores mobiliários

b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado

	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021 Valor justo/ contábil	31/12/2020 Valor justo/ contábil
1 - Títulos para negociação		2.192.373	(25.272)	–	464.527	980.567	722.021	2.167.115	2.500.503
Carteira própria									
Títulos públicos		1.179.597	(12.858)	–	464.527	45.946	656.280	1.166.753	2.202.668
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	158.735	167	–	22.463	45.946	90.507	158.916	287.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.020.862	(13.025)	–	442.064	–	565.773	1.007.837	1.915.151
Títulos privados		5.206	(4)	–	–	5.202	–	5.202	14.194
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	1	–	–	–	–	–	–	–	14.107
Debêntures	2	5.206	(4)	–	–	5.202	–	5.202	87
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		615.796	(12.221)	–	–	603.575	–	603.575	206.720
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	615.796	(12.221)	–	–	603.575	–	603.575	206.720
Títulos privados		4.609	(3)	–	–	4.606	–	4.606	10.014
Debêntures		4.609	(3)	–	–	4.606	–	4.606	10.014
Vinculados à prestação de garantias									
Títulos públicos		387.165	(186)	–	–	321.238	65.741	386.979	66.907
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	349.076	203	–	–	321.238	28.041	349.279	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	38.089	(389)	–	–	–	37.700	37.700	66.907

	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021 Valor justo/ contábil	31/12/2020 Valor justo/ contábil
2 - Títulos disponíveis para venda		4.588.873	(109.916)	158.089	591.827	1.044.891	2.684.150	4.478.957	1.368.807
Carteira própria									
Títulos públicos		1.909.730	(86.624)	–	–	26.997	1.796.109	1.823.106	1.192.841
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	–	–	–	–	–	–	–	375.521
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	–	–	–	–	43.171
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	1.909.730	(86.624)	–	–	26.997	1.796.109	1.823.106	774.149
Títulos privados		138.048	(838)	132.126	–	–	5.084	137.210	122.563
Certificados de Recebíveis									
Imobiliários - CRI	2	5.785	(838)	–	–	–	4.947	4.947	6.489
Cotas de fundos	2	132.126	–	132.126	–	–	–	132.126	115.923
Outros	2	137	–	–	–	–	137	137	151
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		665.478	(21.105)	–	–	400.302	244.071	644.373	–
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	665.478	(21.105)	–	–	400.302	244.071	644.373	–
Vinculados à prestação de garantias									
Títulos públicos		1.849.654	(1.349)	–	591.827	617.592	638.886	1.848.305	28.599
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	1.849.654	(1.349)	–	591.827	617.592	638.886	1.848.305	4.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	–	–	–	–	–	–	–	23.803
Outros		25.963	–	25.963	–	–	–	25.963	24.804
Cotas de fundos	2	25.963	–	25.963	–	–	–	25.963	24.804
Total		6.781.246	(135.188)	158.089	1.056.354	2.025.458	3.406.171	6.646.072	3.869.310

(1) Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. O resultado da marcação a mercado dos títulos para negociação é apresentado na demonstração do resultados e o resultado dos títulos disponíveis para venda é apresentado na demonstração de resultados abrangentes.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as ações na B3.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Não houve reclassificação de títulos entre as categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b.2) Resultado

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 30/12/2021	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado em títulos de renda fixa	255.615	68.904	309.928	122.736
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	102.363	(6.686)	139.289	27.240
Resultado em títulos de renda variável	747	1.131	4.483	5.727
Resultado em títulos no exterior	–	10.266	968	29.017
Total	358.725	73.615	454.668	184.720

b.3) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:

- 1** - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c.1) Composição da carteira por indexador

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

c.1) Composição da carteira por indexador

		31/12/2021			31/12/2020		
		Valor	Valor de	Valor	Valor	Valor de	Valor
		Nível referencial	custo	justo	referencial	custo	justo
1 - Non deliverable forward							
Posição ativa		1.034.016	14.056	15.800	991.616	64.486	61.984
Dólar	1	1.034.016	14.056	15.800	990.697	64.486	62.015
Prefixado	1	–	–	–	–	–	(31)
Euro	1	–	–	–	919	–	–
Posição passiva		1.034.016	(3.435)	(3.742)	991.616	(2.839)	(2.131)
Prefixado	1	1.034.016	(3.435)	(3.742)	991.616	(2.839)	(2.131)
Diferencial líquido		–	10.621	12.058	–	61.647	59.853
2 - Swap							
Posição ativa		860.267	7.316	26.680	594.749	8.679	17.149
CDI	1	382.939	903	17.056	284.701	190	4.410
Dólar	1	267.081	6.399	9.358	72.228	8.425	10.573
Prefixado	1	210.247	14	266	237.820	64	2.166
Posição passiva		860.267	(14.422)	(7.774)	594.749	(13.822)	(14.082)
Dólar	1	266.057	(12.979)	(6.436)	221.314	(13.750)	(13.653)
CDI	1	78.406	(55)	(1.265)	88.734	–	–
Prefixado	1	515.804	(1.388)	(73)	284.701	(72)	(429)
Diferencial líquido		–	(7.106)	18.906	–	(5.143)	3.067
3 - Opções							
Posição passiva		131.750	(2.823)	(2.001)	–	–	–
Venda de opção de compra	1	104.500	(2.325)	(1.840)	–	–	–
Venda de opção de venda	1	27.250	(498)	(161)	–	–	–
Diferencial líquido		–	(2.823)	(2.001)	–	–	–
4 - Futuros							
Posição ativa		3.658.702	–	–	2.999.674	–	–
DI	1	1.811.000	–	–	891.400	–	–
DDI	1	1.540.218	–	–	1.444.683	–	–
Dólar	1	278.531	–	–	660.412	–	–
DAP		28.953	–	–	–	–	–
Euro	1	–	–	–	3.179	–	–
Posição passiva		8.158.574	–	(56)	5.517.299	–	–
DI	1	6.535.000	–	(56)	3.625.700	–	–
DDI	1	1.538.544	–	–	1.891.599	–	–
DAP	1	85.030	–	–	–	–	–
Diferencial líquido		–	–	(56)	–	–	–

c.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

Diferencial a receber/(pagar) ao valor justo				31/12/2021	31/12/2020
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Swap	(3.885)	7.095	15.696	18.906	3.067
Non deliverable forward	6.679	5.379	–	12.058	59.853
Futuros	(56)	–	–	(56)	–
Opções	–	(2.001)	–	(2.001)	–
Total	2.738	10.473	15.696	28.907	62.920

c.3) Resultado com derivativos

	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Swap	16.830	3.491	23.288	(9.261)
Opções	655	645	(131)	1.951
Non deliverable forward	4.653	35.591	(13.113)	221.023
Futuros	10.579	(42.683)	5.026	(905.411)
DDI ⁽¹⁾	(27.357)	(22.430)	25.396	(921.430)
DI	(4.123)	(10.193)	20.409	(2.949)
Futuro de dólar	1.095	1.565	5.566	917
Moedas	(554)	3.795	1.708	6.176
Milho	–	–	–	45
BGI	–	(1.338)	–	(2.244)
S&P	133	16	(5)	16
Índice	(665)	(365)	(392)	(241)
Dólar	42.050	(13.733)	(47.656)	14.299
Total	32.717	(2.956)	15.070	(691.698)

⁽¹⁾ Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

c.4) Hedge de investimento líquido no exterior

O Conglomerado contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor eficaz foi de R\$ 8.126 negativo líquido dos efeitos tributários (R\$ 21.041 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

c.5) Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge accounting* são captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seu spread de crédito.

Item objeto de *hedge* é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seu *spread* de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de *hedge* são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua origem, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de hedge) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso: i) o instrumento de hedge expirar ou for vendido, terminado ou exercido; ii) o hedge deixar de satisfazer as condições de efetividade; e iii) for revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, o ajuste do passivo é devedor de R\$ 59.564 (credor de R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2020), gerando uma receita no ano de R\$ 84.650 (despesa de R\$ 22.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 95,17%.

d) Relações interfinanceiras

d.1) Composição ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos vinculados		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	176.146	91.310
Pagamentos instantâneos	157.149	77.967
Microfinanças	11.997	6.954
Moeda eletrônica	3.500	6.229
Depósitos para capital em dinheiro	3.500	–
Correspondentes no país	–	160
Pagamentos e recebimentos a liquidar		
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	2.716.892	1.537.449
Recebíveis de transação de pagamento ⁽¹⁾	2.716.892	1.537.449
Total	2.893.038	1.628.759

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores a receber junto as instituições participantes de arranjo de pagamento

d.2) Composição passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação	–	75
Cheque e outros papéis recebidos	–	75
Transações de pagamento	1.328.933	458.955
Cartões de crédito	1.328.933	458.955
Total	1.328.933	459.030

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

e.1) Composição da carteira por produto

	31/12/2021	31/12/2020
Operações de crédito	9.062.209	5.207.202
Empréstimos	6.427.653	2.682.259
Financiamentos à exportação	1.847.093	2.021.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	465.004	212.392
Títulos descontados	196.148	146.819
Financiamentos imobiliários	125.625	141.350
Adiantamentos a depositantes	686	2.647
Outros créditos com características de concessão de crédito	3.746.877	2.475.995
Direitos creditórios	2.092.692	1.956.194
Operações com cartões de crédito	1.545.386	458.763
Outros	108.799	61.038
Subtotal	12.809.086	7.683.197
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(738.356)	(249.207)
Total	12.070.730	7.433.990

e.2) Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas de empréstimos	949.268	224.758	1.467.290	416.698
Rendas de títulos descontados	461.143	149.447	705.892	287.557
Rendas de financiamentos	280.095	26.719	427.675	802.845
Rendas de adiantamentos a depositantes	82	86	444	203
Outros	152	–	158	–
Resultado com cessão de créditos sem coobrigação	–	70.774	–	150.158
Resultado com cessão de créditos com coobrigação	–	1.227	–	1.402
Total	1.690.740	473.011	2.601.459	1.658.863

e.3) Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2021	Concentração	31/12/2020	Concentração
Setor Privado				
Pessoas físicas	5.868.315	45,81%	1.564.019	20,36%
Comércio	2.504.587	19,55%	2.322.372	30,23%
Rural	2.142.840	16,73%	2.200.011	28,63%
Outros	1.182.343	9,23%	272.677	3,55%
Serviços	847.815	6,62%	768.277	10,00%
Indústria	150.871	1,18%	409.834	5,33%
Financeiro	112.315	0,88%	146.007	1,90%
Total	12.809.086	100,00%	7.683.197	100,00%

e.4) Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2021	31/12/2020
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	2.637.901	6.568.366	440.377	532.397	237.364	192.225	80.865	32.942	49.525	10.771.962	7.287.348
1 a 30 dias	645.967	3.317.558	138.868	188.487	4.824	1.922	884	320	782	4.299.612	3.113.855
31 a 60 dias	179.143	503.313	54.141	80.316	969	302	99	47	82	818.412	567.579
61 a 90 dias	204.716	222.124	31.125	11.561	917	288	147	44	685	471.607	193.272
91 a 120 dias	165.121	167.845	44.454	36.436	806	324	123	43	105	415.257	269.406
121 a 150 dias	464.429	214.594	6.753	3.005	979	375	133	51	71	690.390	250.354
151 a 180 dias	568.402	191.261	4.812	3.546	1.121	391	179	69	77	769.858	1.089.824
181 a 360 dias	316.704	537.225	20.942	30.236	5.267	1.822	587	283	518	913.584	790.407
Acima de 360 dias	93.419	1.414.446	139.282	178.810	222.481	186.801	78.713	32.085	47.205	2.393.242	1.012.651
Parcelas vencidas	–	321.618	53.844	70.591	31.603	9.940	2.623	1.261	1.558	493.038	268.173
Até 14 dias	–	321.618	53.844	70.591	31.603	9.940	2.623	1.261	1.558	493.038	268.173
Subtotal	2.637.901	6.889.984	494.221	602.988	268.967	202.165	83.488	34.203	51.083	11.265.000	7.555.521
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	–	–	123.453	383.116	343.379	216.919	143.498	136.843	196.878	1.544.086	127.676
15 a 30 dias	–	–	123.453	85.245	31.096	15.289	7.083	3.639	2.157	267.962	15.958
31 a 60 dias	–	–	–	297.871	125.918	89.524	45.992	26.397	12.613	598.315	20.464
61 a 90 dias	–	–	–	–	186.365	42.241	27.324	10.896	23.437	290.263	15.331
91 a 120 dias	–	–	–	–	–	69.865	5.780	1.978	3.814	81.437	12.791
121 a 150 dias	–	–	–	–	–	–	57.319	3.642	5.956	66.917	8.775
151 a 180 dias	–	–	–	–	–	–	–	90.291	13.857	104.148	8.994
181 a 360 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	135.044	135.044	45.363
Subtotal	–	–	123.453	383.116	343.379	216.919	143.498	136.843	196.878	1.544.086	127.676
Total	2.637.901	6.889.984	617.674	986.104	612.346	419.084	226.986	171.046	247.961	12.809.086	7.683.197

e.5) Concentração das operações de crédito

	31/12/2021	% da Carteira	31/12/2020	% da Carteira
Dez maiores devedores	804.679	6,28%	807.938	10,52%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.760.507	13,74%	1.710.021	22,26%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.023.300	7,99%	1.406.195	18,30%
Demais devedores seguintes	9.220.600	71,98%	3.759.043	48,92%
Total	12.809.086	100,00%	7.683.197	100,00%

e.6) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% Provisão	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	2.637.901	—	1.426.180	—
A	0,5%	6.889.984	(34.450)	5.265.266	(26.326)
B	1,0%	617.674	(6.177)	351.127	(3.511)
C	3,0%	986.104	(29.583)	254.425	(7.633)
D	10,0%	612.346	(61.235)	58.722	(5.872)
E	30,0%	419.084	(125.725)	134.001	(40.200)
F	50,0%	226.986	(113.493)	28.232	(14.116)
G	70,0%	171.046	(119.732)	65.370	(51.675)
H	100,0%	247.961	(247.961)	99.874	(99.874)
Total		12.809.086	(738.356)	7.683.197	(249.207)

e.7) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	(318.711)	(334.743)	(249.207)	(271.007)
Constituição	(458.305)	(27.439)	(571.714)	(174.467)
Baixa para prejuízo	38.660	112.975	82.565	196.267
Saldo final	(738.356)	(249.207)	(738.356)	(249.207)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 47.160 (R\$ 33.433 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro 2021 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 1.945.555 (R\$ 1.080.919 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações é de R\$ 484.661 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 80.075 em 31 de dezembro de 2020)

f) Outros instrumentos financeiros

f.1) Composição

	31/12/2021	31/12/2020
Numerários em trânsito	217.511	233.098
Direitos sobre venda de câmbio	84.704	53.015
Negociação e intermediação de valores	58.388	6.716
Rendas a receber de adiantamentos de câmbio concedidos	1	899
Relações interdependências	–	15
Total	360.604	293.743

f.2) Resultado em operações de câmbio

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Rendas de câmbio	63.032	47.937	98.249	250.869
Despesas de câmbio	(38.439)	(53.898)	(75.262)	(177.927)
Total	24.593	(5.961)	22.987	72.942

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em controladas

	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021 Aportes de capital e outros eventos		31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
	Valor do Equivalência investimento patrimonial			Valor do Equivalência investimento patrimonial	
Coligada					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	491	(9.098)	11.175	2.568	(23.914)
Controladas					
Guiabolso Finanças Corresp. Bancário e Serv. Ltda. ⁽¹⁾	–	(41.450)	134.590	93.140	–
Original Asset Management Ltda.	3.364	7	(3.371)	–	41
Original Investimentos Imobiliários	100	–	(100)	–	–
Total	3.955	(50.541)	142.294	95.708	(23.873)

⁽¹⁾ Em 20 de julho de 2021, a PicPay adquiriu a Guiabolso pelo montante de R\$ 110.000, sendo R\$ 88.861 a título de ágio. O saldo de investimento compreende ágio na aquisição no montante de R\$ 106.277 e saldo de equivalência patrimonial negativo de R\$ 13.137.

b) Outros investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	1.511
Obras de arte	443	443
Outros	11	10
Total	1.965	1.964

7. Imobilizado

a) Composição

	Custo	Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de processamento de dados	165.808	(82.434)	83.374	34.287
Instalações, móveis e equipamentos de uso	83.602	(36.822)	46.780	105.757
Sistemas de segurança e comunicações	2.353	(1.164)	1.189	1.757
Total	251.763	(120.420)	131.343	141.801

b) Movimentação

	30/06/2021	Movimentação de			31/12/2021
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Sistemas de processamento de dados	89.242	5.727	(298)	(11.297)	83.374
Instalações, móveis e equipamentos de uso	53.742	468	(3.022)	(4.408)	46.780
Sistemas de segurança e comunicações	1.371	–	–	(182)	1.189
Total	144.355	6.195	(3.320)	(15.887)	131.343

	31/12/2020	Movimentação de			31/12/2021
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Sistemas de processamento de dados	34.287	74.278	(397)	(24.794)	83.374
Instalações, móveis e equipamentos de uso	105.757	928	(50.885)	(9.020)	46.780
Sistemas de segurança e comunicações	1.757	237	(200)	(605)	1.189
Total	141.801	75.443	(51.482)	(34.419)	131.343

8. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização	31/12/2021	31/12/2020
Software	1.139.877	(506.104)	633.773	722.026
Licença de uso	271.326	(102.839)	168.487	117.888
Mais-valia em investimentos em controladas	–	–	–	81.281
Total	1.411.203	(608.943)	802.260	921.195

b) Movimentação

	30/06/2021	Movimentação de 01/07 a 31/12/2021			31/12/2021
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Software	646.992	44.397	(5)	(57.611)	633.773
Licença de uso	141.609	59.206	–	(32.328)	168.487
Mais-valia em investimentos em controladas	–	–	–	–	–
Total	788.601	103.603	(5)	(89.939)	802.260

	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 31/12/2021			31/12/2021
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Software	722.026	99.215	(20.347)	(167.121)	633.773
Licença de uso	117.888	116.887	(9.722)	(56.566)	168.487
Mais-valia em investimentos em controladas	81.281	–	(81.281)	–	–
Total	921.195	216.102	(111.350)	(223.687)	802.260

9. Outros ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Valores a receber de sociedades ligadas ⁽¹⁾	263.026	139.528
Bens não de uso próprio	129.720	155.604
Devedores diversos no país	96.559	62.515
Adiantamentos a fornecedores	36.694	3.906
Despesas pagas antecipadamente	32.047	41.340
Depósitos em garantia - contingências fiscais	10.958	10.576
Depósitos em garantia - contingências trabalhistas	10.399	12.408
Rendas a receber	10.366	2.337
Depósitos em garantia - contingências cíveis	6.552	5.878
Adiantamentos salariais	1.917	2.243
Devedores por compra de valores e bens	1.773	1.773
Outras rendas a receber	–	5.362
Outros	64	366
Total	600.075	443.836

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, a valores a receber pela alienação de ações e liquidações financeiras de transações de pagamento.

10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(8.346)	(13.713)
Provisão para desvalorização de obras de arte	(425)	–
Total	(8.771)	(13.713)

11. Passivos financeiros

11.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

	Sem ven- cimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	876.446	–	–	–	876.446	515.406
Pessoas jurídicas	509.551	–	–	–	509.551	194.515
Pessoas físicas	278.282	–	–	–	278.282	246.785
Vinculados	88.388	–	–	–	88.388	74.095
Pessoas jurídicas ligadas	225	–	–	–	225	11
Outros depósitos	6.411.856	–	–	–	6.411.856	1.226.208
Contas pré- pagamento	6.411.856	–	–	–	6.411.856	1.226.208
Depósitos interfinanceiros	–	–	591.047	525.504	1.116.551	584.742
Depósitos a prazo	–	1.996.048	1.447.814	6.429.548	9.873.410	6.655.273
Em moeda nacional	–	286.028	1.447.814	6.429.548	8.163.390	4.962.658
Em moeda estrangeira	–	1.710.020	–	–	1.710.020	1.692.615
Total	7.288.302	1.996.048	2.038.861	6.955.052	18.278.263	8.981.629

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 95% e 170% do DI (90% e 150% do DI em 31 de dezembro de 2020), em operações prefixadas entre 3,28% e 15% ao ano (2% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020) e em operações híbridas, sendo 100% do IPCA mais taxa prefixada entre 0,11% e 6,68% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

RDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 106% do DI (101,5% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 31 de dezembro de 2021 (2,15% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

b) Captações no mercado aberto

	Até 3 meses 31/12/2021 31/12/2020		
Carteira própria			
Títulos públicos	3.347	3.347	42.000
Notas do Tesouro Nacional	3.139	3.139	—
Letras do Tesouro Nacional	208	208	42.000
Títulos privados	4.620	4.620	10.004
Debêntures	4.620	4.620	10.004
Total	7.967	7.967	52.004

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2021	31/12/2020
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	517.249	726.334	802.792	2.046.375	2.120.583
Letras de crédito imobiliário ⁽²⁾	417.027	1.250.415	1.040.691	2.708.133	1.845.076
Letras financeiras ⁽³⁾	—	218.842	89.927	308.769	605.876
Total	934.276	2.195.591	1.933.410	5.063.277	4.571.535

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do DI (80% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 2,48% e 12,2% a.a. (1,31% e 8,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em operações híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 0,35% e 5% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 135% do DI (90% e 122% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 2,44% e 13,84% a.a. (1,27% e 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Em operação híbridas, indexadas ao IPCA mais taxa prefixada entre 0,4% e 5,03% ao ano (Não havia operações híbridas em 31 de dezembro de 2020).

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 117% do DI (100% e 121% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 31 de dezembro de 2021 (22,1% em 31 de dezembro de 2020).

d) Resultado

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Captação com depósitos	(568.092)	(160.176)	(719.763)	(352.466)
Depósitos a prazo	(331.294)	(148.040)	(416.339)	(335.577)
Contas pré-pagamento	(192.179)	(6.371)	(241.491)	(8.371)
Depósitos interfinanceiros	(44.619)	(5.765)	(61.933)	(8.518)
Captação no mercado aberto	(3.906)	(886)	(6.030)	(1.928)
Carteira própria	(3.906)	(886)	(6.026)	(1.928)
Carteira de terceiros	–	–	(4)	–
Recursos de aceite e emissão de títulos	(182.225)	(74.552)	(286.084)	(153.246)
Letras de crédito do agronegócio	(80.595)	(27.307)	(127.178)	(62.840)
Letras de crédito imobiliário	(81.173)	(34.996)	(124.517)	(71.451)
Letras financeiras	(20.457)	(12.249)	(34.389)	(18.955)
Contribuições ordinárias	(8.364)	(5.200)	(13.937)	(10.663)
Contribuição ao Fundo	–	–	–	–
Garantidor de Crédito	(8.364)	(5.200)	(13.937)	(10.663)
Variação cambial	–	90.810	–	90.810
Total	(762.587)	(150.004)	(1.025.814)	(427.493)

e) Obrigações por empréstimos no país

	31/12/2021	31/12/2020
Em moeda nacional ⁽¹⁾	136.330	–
Total	136.330	–

⁽¹⁾ Realizados mediante emissões de Cédulas de Crédito Bancário, com taxas de juros entre 1,35% e 4,66% ao ano, acrescidas de 100% do CDI.

f) Obrigações por empréstimos e repasses no país

	31/12/2021	31/12/2020
Funcafé - custeio	–	2.594
Funcafé - capital de giro	–	2.592
Total	–	5.186

g) Resultado

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Despesas de empréstimos no país	(2.332)	–	(2.343)	–
Outras instituições	(2.332)	–	(2.343)	–
Despesas de empréstimos no país	(216.919)	(130)	(216.928)	(119.667)
Despesas com banqueiros no exterior	(216.919)	–	(216.919)	(135.023)
Despesas com repasses	–	–	–	–
instituições oficiais	–	(130)	(9)	(300)
Variação cambial	–	–	–	15.656
Total	(219.251)	(130)	(219.271)	(119.667)

h) Outros passivos financeiros

	31/12/2021	31/12/2020
Obrigações por transações de pagamento	164.778	84.766
Carteira de câmbio passiva	80.001	50.766
Negociação e intermediação de valores	42.575	8.511
Outros	3.485	7.516
Total	290.839	151.559

12. Ativos e passivos fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(808.700)	(183.632)	(1.028.724)	(659.394)
Encargo total do IR e da CS às alíquotas vigentes	404.350	82.634	514.362	296.727
Efeito na apuração dos tributos				
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	12.118	33.564	36.649	(57.523)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	6.194	4.669	4.580	4.521
Resultado de participações em coligadas e controladas	(5.317)	39.773	(18.818)	83.362
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(101.963)	(26.950)	(153.045)	(10.591)
Outros	(390.383)	(137.907)	(536.058)	(323.803)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.001)	(4.217)	(152.330)	(7.307)
Ativos/passivos fiscais diferidos - IR/CS	96.812	46.168	122.619	185.580
Total	21.811	41.951	(29.711)	178.273
Provisão para imposto de renda	(35.935)	(3.021)	(78.249)	(5.211)
Provisão para contribuição social	(39.066)	(1.196)	(74.081)	(2.096)

b) Composição dos ativos correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda a compensar	99.903	18.864
Contribuição social a compensar	42.543	31.559
PIS a compensar	3.590	33
COFINS a compensar	26	150
Outros	20.876	11.501
Total	166.938	62.107

c) Composição dos passivos correntes

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para contribuição social	53.528	2.096
Provisão para imposto de renda	53.521	5.212
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	46.607	7.221
Impostos e contribuições sobre salários	41.892	29.512
Outros	15.140	6.116
Total	210.688	50.157

d) Composição dos ativos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	296.900	166.343
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	274.044	326.118
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	22.528	22.927
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	4.483	21.640
Outras diferenças temporárias	11.316	4.782
Subtotal	609.271	541.810
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido	51.632	(3.420)
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.379	17.379
Total	678.282	555.769

e) Movimentação dos ativos diferidos

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	560.886	509.619	555.768	418.275
Constituições	235.113	128.842	364.138	307.014
Reversões	(117.717)	(82.692)	(241.624)	(169.521)
Saldo final	678.282	555.769	678.282	555.768

f) Composição dos passivos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	28.327	19.679
Outras	17.471	—
Total	45.798	19.679

g) Movimentação dos passivos diferidos

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	33.153	21.615	19.680	85.977
Constituições	13.355	143.908	54.408	189.600
Reversões	(710)	(145.844)	(28.290)	(255.898)
Saldo final	45.798	19.679	45.798	19.679

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos

Ano	31/12/2021					Total
	2022	2023	2024	2025	2026	
Realização projetada	420.844	126.687	5.627	54.996	1.117	609.271

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2021, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 579.996 (R\$ 502.424 em 31 de dezembro de 2020).

j) Crédito tributário não ativado

Em 31 de dezembro de 2021, o Conglomerado possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não registrados no montante de R\$ 436.381 (R\$ 87.409 em 31 de dezembro de 2020).

13. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	8.655	9.933
Provisões trabalhistas	42.786	49.947
Total	51.441	59.880

b) Provisões cíveis

Basicamente, são ações movidas por clientes pleiteando revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, as quais são analisadas de forma individualizada. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

b.1) Movimentação

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	12.643	14.259	9.933	25.896
Constituição	5.628	2.519	11.804	5.184
Reversão	(9.616)	(6.845)	(13.082)	(21.147)
Saldo final	8.655	9.933	8.655	9.933

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.552 (R\$ 5.878 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Provisões trabalhistas

Basicamente, são ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão é constituída de acordo com a opinião técnica dos assessores jurídicos externos, sempre que a perda for avaliada como provável.

c.1) Movimentação

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Saldo inicial	51.100	55.862	49.947	43.409
Constituição	4.158	8.986	19.416	33.196
Atualização monetária	2.100	(7.180)	4.241	(5.527)
Reversão	(14.572)	(7.721)	(30.818)	(21.131)
Saldo final	42.786	49.947	42.786	49.947

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 10.399 (R\$ 12.408 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações contábeis consolidadas.

	31/12/2021	31/12/2020
Processos fiscais	65.709	53.414
Processos cíveis	49.204	49.643
Processos trabalhistas	18.276	15.944
Total	133.189	119.001

14. Outros passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para despesas de pessoal	171.765	105.062
Provisão para despesas administrativas ⁽¹⁾	143.949	60.437
Credores diversos - no país	55.529	42.109
Tributos federais	13.510	355
Rendas antecipadas	6.443	2.946
Tributos municipais	2.465	457
Provisão para fianças prestadas	1.327	1.605
Valores a pagar de sociedades ligadas	929	3.031
Outros	200	1.242
Total	396.117	217.244

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, a valores a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços

15. Patrimônio líquido

a) Capital social da instituição líder do conglomerado

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 637.826.073 (537.826.073 em 31 de dezembro de 2020) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 568.913.037 (518.913.037 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 68.913.036 (18.913.036 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais.

	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2021	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2020
De Domiciliados no País	2.255.098	274.903	2.530.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.255.098	274.903	2.530.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Em 24 de maio de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 100.000 no capital social e homologado pelo BACEN em 14 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 300.000 no capital social e homologado pelo BACEN em 22 de julho de 2021.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e *swap* destinado para *hedge* do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante negativo de R\$ 55.827 (R\$ 14.417 em 31 de dezembro de 2020).

16. Receitas de prestação de serviços

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Transações de pagamento	234.072	179.342	435.183	271.402
Comissões de cartões	121.798	35.682	180.025	58.868
Cobrança e arrecadações	15.266	8.014	24.030	11.806
Garantias prestadas	1.838	2.751	3.685	5.594
Prestação de serviços de assessoria financeira	1.019	438	1.857	1.079
Serviços de tecnologia	–	1.091	555	1.091
Total	373.993	227.318	645.335	349.840

17. Receitas de tarifas bancárias

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Pacote de serviços - pessoas físicas	24.873	7.425	36.162	12.635
Tarifas bancárias - pessoas jurídicas	12.180	6.407	25.833	7.253
Serviços diferenciados - pessoas físicas	4.037	4.492	8.764	9.171
Serviços prioritários - pessoas físicas	3.321	4.402	6.474	5.984
Outros serviços	39.826	88.885	62.873	90.241
Total	84.237	111.611	140.106	125.284

18. Despesas de pessoal

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Proventos	(350.506)	(172.118)	(578.882)	(342.790)
Encargos	(120.896)	(66.333)	(207.523)	(122.674)
Benefícios	(58.083)	(36.624)	(100.382)	(72.296)
Indenizações trabalhistas	(6.142)	(7.640)	(9.580)	(8.909)
Outras	(1.670)	(2.026)	(2.738)	(3.827)
Total	(537.297)	(284.741)	(899.105)	(550.496)

19. Outras despesas administrativas

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Processamento de dados	(247.472)	(121.106)	(400.389)	(194.322)
Serviços do sistema financeiro	(209.494)	(149.955)	(349.102)	(219.685)
Propaganda e publicidade	(262.030)	(7.458)	(288.062)	(15.091)
Depreciações e amortizações	(105.826)	(70.397)	(258.106)	(135.493)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(125.561)	(67.261)	(197.124)	(115.143)
Aluguéis	(12.640)	(16.436)	(25.893)	(28.421)
Comunicações	(11.560)	(4.604)	(19.094)	(8.911)
Material	(17.244)	(821)	(18.155)	(1.656)
Manutenção e conservação de bens	(3.378)	(3.576)	(8.135)	(5.855)
Transportes e viagens	(4.826)	(2.101)	(7.449)	(6.538)
Despesas legais e jurídicas	(2.894)	(5.091)	(6.277)	(10.429)
Indenizações judiciais diversas	(3.346)	(1.061)	(4.599)	(2.846)
Serviços de vigilância e segurança	(1.464)	(862)	(3.062)	(2.495)
Seguros	(421)	(775)	(1.672)	(1.434)
Água, energia e gás	(749)	(1.033)	(1.551)	(2.115)
Promoções e relações públicas	(124)	(892)	(333)	(1.671)
Outras	(21.375)	(5.163)	(35.298)	(21.476)
Total	(1.030.404)	(458.592)	(1.624.301)	(773.581)

20. Despesas tributárias

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
COFINS	(84.981)	(45.024)	(150.122)	(69.592)
ISS	(18.743)	(13.341)	(32.237)	(20.900)
PIS/PASEP	(15.100)	(9.522)	(26.283)	(14.083)
Outras	(9.455)	(1.221)	(13.860)	(3.961)
Total	(128.279)	(69.108)	(222.502)	(108.536)

21. Outras receitas

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas ⁽¹⁾	49.534	4.189	122.445	12.020
Resultado na alienação de participações	–	–	77.647	–
Reversão de provisões	19.745	12.246	29.321	68.100
Lucro na alienação de valores e bens	16.299	456	17.163	757
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	(20.409)	37.554	16.043	27.775
Atualização de impostos a compensar	6.507	312	6.988	880
Atualização de depósitos judiciais	517	333	1.093	1.013
Outras	69.668	61.751	114.988	85.363
Total	141.861	116.841	385.688	195.908

⁽¹⁾ Refere-se, basicamente, ao ressarcimento de despesas previstas em acordos operacionais com partes relacionadas

⁽²⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.1 d.1)

22. Outras despesas

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Transações de pagamento	(213.006)	(133.663)	(471.581)	(241.116)
Programa de recompensa em cartões	(19.873)	(10.445)	(32.794)	(20.677)
Constituição de provisões	(9.402)	(2.404)	(23.795)	(31.070)
Outras	(83.348)	(44.679)	(127.112)	(81.147)
Total	(325.629)	(191.191)	(655.282)	(374.010)

23. Partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal-chave da Administração somaram R\$ 30.107 (R\$ 31.676 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento somaram R\$ 786 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.504 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 dezembro de 2021 e 2020.

O Conglomerado realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos a JBS S/A, a JBS Aves Ltda., a Seara Comércio de Alimentos Ltda., a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda. e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2021
Ativos						
Ativos financeiros	4.058.582	134.566	–	–	–	4.193.148
Outros ativos	30.936	–	34	–	–	30.970
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	3.791.208	173	6.542	34.475	33.603	3.866.001
Outros passivos	14.998	–	12	–	–	15.010
Resultado						01/01 a 31/12/2021
Rendas de operações de crédito	148.587	–	–	–	–	148.587
Resultado com títulos e valores mobiliários	136.575	–	–	–	–	136.575
Despesas em operações de captação	(41.485)	(39)	(540)	(3.147)	(3.321)	(48.532)
Outras receitas e (despesas)	45.432	82.945	(4.969)	–	–	123.408
Resultado						01/07 a 31/12/2021
Rendas de operações de crédito	148.046	–	–	–	–	148.046
Resultado com títulos e valores mobiliários	75.609	–	–	–	–	75.609
Despesas em operações de captação	(37.057)	(13)	(329)	(2.664)	(2.853)	(42.916)
Outras receitas e (despesas)	(15.006)	4.009	(4.969)	–	–	(15.966)

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽³⁾	Pessoal-chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2020
Ativos						
Disponibilidades	143.790	–	76.189	–	–	219.979
Instrumentos financeiros	–	–	1.157.930	–	–	1.157.930
Outros ativos	424.282	136.840	39.885	–	–	601.007
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	–	–	16.467	–	–	16.467
Resultado						01/01 a 31/12/2020
Resultado com títulos e valores mobiliários	113.429	–	130	–	–	113.559
Despesas em operações de captação	(3.235)	(3)	(150)	(620)	(1.248)	(5.256)
Outras receitas e (despesas)	(6.632)	–	(81.883)	–	–	(88.515)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Hub Ltda.

⁽³⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original Asset Management Ltda, Original Hub Ltda., PicPay Instituição de Pagamento S/A e FIDC PicPay.

24. Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 e da Circular nº 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* do Conglomerado. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at Risk (VaR)* Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress Test*;
- *Stop Loss*.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira <i>trading</i>	Value at risk	31/12/2021	31/12/2020
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Moedas estrangeiras	1.045	1.016	196
Exposição com correlação	479	300	804
Pré-fixado	300	249	351
Índice bolsa	81	–	–
Ação B3	–	–	678

Carteira <i>banking</i>	Teste estresse	31/12/2021	31/12/2020
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	66.369	77.720	52.348

Destaca-se que a redução relevante do *value at risk* (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Conglomerado, danos a ativos físicos próprios ou de uso pelo Conglomerado, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Conglomerado e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de

mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da resolução nº 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Conglomerado é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- *VaR* (valor em risco)
- *Stress test*
- *Stop loss*
- Análise de sensibilidade

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo CEGIR. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Conglomerado. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa
- Teste de estresse
- Caixa mínimo

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O CEGIR é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Conglomerado possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Conglomerado possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração - órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; CEGIR - propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) - órgão nomeado pelo CEGIR, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

25. Suficiência de capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192/13 e 4.193/13 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Conseqüentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Instituição de Pagamento S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Laguz Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Original Hub Ltda. e Crednovo Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado financeiro.

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência Nível I	1.727.750	1.030.622
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.727.750	1.030.622
RWA - Ativos ponderados pelo risco	15.577.648	10.203.294
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	13.462.310	8.653.764
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	40.077	88.309
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	2.075.261	1.461.221
Índice de Basileia	11,1%	10,1%

Durante o ano de 2021, o Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite regulatório para o índice de Basileia, que para dezembro de 2021 é 10,0%, e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias, encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor, de forma que o Conglomerado apresentou indicador de 11,37% em 31 de dezembro de 2021.

A controladora do Conglomerado Prudencial Original possui liquidez e capacidade financeira para dar suporte ao plano estratégico de capital.

26. Informações complementares

a) Garantias prestadas

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	257.758	1.327	262.429	1.487
Outras fianças bancárias	–	–	18.399	118
Total	257.758	1.327	280.828	1.605

b) Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, as unidades de negócio do Original estavam seguradas, cuja cobertura total somava R\$ 388.000 (R\$ 427.880 em 31 de dezembro de 2020). O prêmio pago foi de R\$ 1.293 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2020).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências da deliberação CVM nº 695/2012.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 991 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2020).

e) Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

A Administração adotou medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o Conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, a COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, bem como a manutenção de suas operações.

Cuidados especiais para a retomada segura

Durante o ano de 2021, foi iniciado um processo de retorno voluntário ao trabalho presencial nas dependências do Conglomerado.

Para a retomada segura, a área de Pessoas e Cultura fez uma série de divulgações sobre a importância de se observar os protocolos de segurança tais como distanciamento entre estações de trabalho, uso de elevadores e áreas comuns, uso de máscaras em período integral e de álcool em gel para higiene das mãos.

Foi disponibilizado aos colaboradores o serviço de telemedicina, através do seguro saúde. Além disso, foi estabelecido um acompanhamento dos casos suspeitos e confirmados de COVID-19 dos colaboradores pelo ambulatório na matriz do Conglomerado Original.

f) Resultado recorrente e não recorrente

	01/07 a 31/12/2021	01/07 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2021	01/01 a 31/12/2020
Resultado líquido	(786.889)	(141.681)	(1.058.435)	(481.121)
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	(8.500)	–	34.191	–
Lucro na alienação de ações	–	–	42.691	–
Despesas relacionadas a aquisição da GuiaBolso	(8.500)	–	(8.500)	–
Resultado recorrente	(778.389)	(141.681)	(1.092.626)	(481.121)

g) Conciliação da movimentação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	Patrimônio líquido		
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31/12/2020	2.130.001	(286.706)	1.843.295
Variações com efeito de caixa	400.000	(677.218)	(277.218)
Aumento de capital	400.000	–	400.000
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	(677.218)	(677.218)
Variações sem efeito de caixa	–	756.207	756.207
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	756.207	756.207
Saldo em 31/12/2021	2.530.001	(207.717)	2.322.284
Saldo em 31/12/2019	2.130.001	(39.180)	2.090.821
Variações com efeito de caixa	–	(671.539)	(671.539)
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	(671.539)	(671.539)
Variações sem efeito de caixa	–	424.013	424.013
Recursos provenientes da destinação de resultado	–	424.013	424.013
Saldo em 31/12/2020	2.130.001	(286.706)	1.843.295

27. Eventos subsequentes

Em 21 de fevereiro, o Banco Original emitiu Letras Financeiras Subordinadas Nível 2, no montante de R\$ 500.000 em negociação privada com investidor profissional. Essas Letras Financeiras vencerão entre doze e quatorze anos.

Administradores responsáveis pela divulgação das demonstrações contábeis

Alexandre Correa Abreu
Diretor Presidente

Érico de Arruda Holanda
Diretor

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/"O"-6 "S" SP